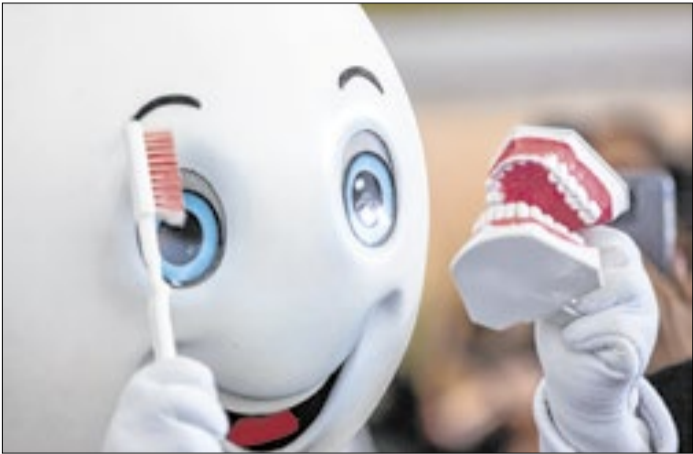


CORREIO NACIONAL

Fabio Rodrigues-Pozzeborn/ Agência Brasil



Até março, serão 800 novas unidades doadas

País deve entregar mais 400 unidades odontológicas móveis

O governo federal projeta entregar mais 400 Unidades Odontológicas Móveis (UOMs) até o mês de março, além das 400 que já foram entregues no ano passado, informou hoje (28) o coordenador-geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Edson Hilan Gomes de Lucena, que participa do Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo, no Expo Center Norte, na capital paulista. “No total, vamos somar 800 novas unidades móveis até março, que serão distribuídas para todas as unidades federativas”, disse.

As unidades fazem parte do programa Brasil Sorridente, que tem como foco levar atendimento odontológico às populações com dificuldade de acesso ao serviço.

Ação visa atingir todas as pessoas

O objetivo da ação, segundo ministério, é garantir assistência a todas as pessoas.

A iniciativa oferece tanto procedimentos de atenção primária quanto ações especializadas em tratamento endodôntico e oferta de próteses dentárias.

“O Brasil Sorridente, que é a política nacional de saúde bucal, tem o dever de levar cuidados para toda população brasileira”, afirmou.

Diculgação



Quadrilha invadia conta de servidores públicos

Polícia deflagra operação Duplo Fator

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou nesta quinta-feira (29) a operação Duplo Fator, com o objetivo de desarticular um grupo criminoso especializado em fraudes eletrônicas, por meio da invasão de contas de servidores públicos na plataforma Gov.br.

A partir do acesso a essa plataforma, os criminosos solicitavam empréstimos em nome de servidores. Em apenas duas instituições bancárias, o prejuízo chegou a R\$ 360 mil (R\$ 244,1 mil pelo Banco Sicredi; e R\$ 120 mil pelo Banco do Brasil).

Vítimas foram servidores sem dívidas

Os criminosos selecionavam servidores com margem consignável elevada e ausência de dívidas. Segundo a PCDF, “a organização promovia a supressão da autenticação de dois fatores da plataforma Sougov.br, violando a segurança de contas de servidores públicos para elevar o nível de acesso dessas contas às categorias prata ou ouro e, assim, contratar empréstimos fraudulentos”.

Sisu 2026 I

O resultado individual da chamada regular do Sisu 2026 já está disponível para consulta no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior do Sisu. O acesso é feito na plataforma Gov.br. Os estudantes selecionados dentro das vagas disponíveis na chamada regular deverão realizar a matrícula a partir de 2 de fevereiro.

Sisu 2026 II

O Sisu tem como objetivo democratizar o acesso a instituições públicas de educação superior que aderiram ao processo seletivo, de todo o país. Os candidatos não selecionados que queiram participar da lista de espera devem manifestar interesse a partir desta quinta-feira (29) até a próxima segunda-feira (2).

SRAG I

O boletim InfoGripe, divulgado na quinta pela Fiocruz, apresenta um cenário nacional epidemiológico de queda dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave, na maior parte do país. A principal exceção é o vírus da influenza A, que tem impulsionado o aumento de casos de SRAG em estados do Norte.

SRAG II

Os estados do Acre, Amazonas e Roraima apresentam incidência de SRAG em nível de risco ou alto risco nas últimas semanas.

A pesquisadora Tatiana Portella, responsável pelo Boletim InfoGripe, observou que o aumento acelerado de SRAG no Amazonas e no Acre continua sendo impulsionado pelo vírus da gripe.

Bolsas I

O pagamento de bolsas dos programas de residência em saúde, anteriormente financiadas pelo Ministério da Educação, foi transferido para o Ministério da Saúde, já a partir da competência de janeiro de 2026. A decisão foi oficializada pela Portaria nº 8, publicada nesta quinta-feira (29), no Diário Oficial da União.

Bolsas II

A partir de agora, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) responderá pela execução financeira do pagamento das bolsas dos programas de residência em saúde. O Ministério da Educação fornecerá à SGTES/MS as informações necessárias.



66% dos trabalhadores nessas condições estavam em cidades

Maior parte do trabalho escravo em área urbana

2,7 mil pessoas foram salvas, a maioria na construção civil

Da Redação

O balanço do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) das operações em 2025 apontam que 2.772 pessoas foram resgatadas em situação de trabalho análogo à escravidão. Pela primeira vez, a maior parte dos trabalhadores, 68%, exerciam atividade nos centros das cidades.

“O trabalho escravo contemporâneo não está restrito a uma atividade econômica específica. Embora tradicionalmente haja mais resgates no meio rural, em 2025 o número de trabalhadores resgatados no meio urbano foi maior”, explica a coordenadora-geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravidão e do Tráfico de Pessoas, Shakti Borela.

O setor da construção civil foi onde houve o maior número de resgate, com 601 casos em obras de alvenaria e outros 186 em construções de edifícios e prédios. Outras atividades que também registraram muitos resgates foram a administração pública com 304 casos, o cultivo de café, com 184, e a extração e britamento de pedras e outros materiais para construção, com beneficiamento associado, com 126 resgates.

De acordo com o MTE, a maior parte dos trabalhadores resgatados têm idade na faixa etária de 30 a 39 anos, são homens e com baixa escolaridade. Entre os resgatados, 83% se autodeclararam

negros (pretos ou pardos).

Para a diretora do Departamento de Fiscalização do Trabalho, Dercylete Loureiro, esse perfil revela trajetórias marcadas por vulnerabilidades históricas, que expõem essa parte da população a condições análogas à escravidão por décadas.

Os estados que mais registraram resgate foram Mato Grosso, com 607; Bahia, 482; Minas Gerais, 393, e São Paulo, com 276 trabalhadoras e trabalhadores resgatados.

Após as operações, todos os trabalhadores puderam acessar o direito legal ao Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado (SDTR), pago em três parcelas no valor de um salário mínimo e foram encaminhados aos serviços públicos, como os de assistência social. De acordo com o Ministério do Trabalho, foi garantido o pagamento de mais de R\$ 9 milhões em verbas rescisórias às vítimas.

Ao todo foram realizadas pelos auditores-fiscais 1.594 ações de combate ao trabalho análogo à escravidão em 2025, que além dos resgates também assegurou direitos trabalhistas a mais de mais de 48 mil trabalhadores e trabalhadoras.

Para denunciar violações de direitos dos trabalhadores não é necessário se identificar, qualquer pessoa pode acessar de forma anônima pela internet, pelo telefone 158 ou pelo Disque 100.